

**RECLAMAÇÃO Nº 39.925 - RS (2020/0072664-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECLAMANTE** : NELSON RAUEN  
**ADVOGADOS** : EDUARDO FERREIRA FISCHER - RS038888  
ALESSANDRA GRUENDLING - RS057009  
VANESSA KOEHLER - RS095866  
**RECLAMADO** : JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DE SANTA CRUZ DO SUL -  
SJ/RS  
**INTERES.** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 4/STJ. DETERMINAÇÃO DE CONTINUIDADE DO PROCESSO SUSPENSO PERANTE O JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE SANTA CRUZ/RS, PARALISADO EM RAZÃO DO TEMA REPETITIVO 999. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PETIÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE.

**DECISÃO**

Trata-se de reclamação ajuizada por Nelson Rauen, com amparo no artigo 988, II, do CPC/2015, contra ato do Juízo da 2ª Vara Federal de Santa Cruz do Sul, que manteve a suspensão do processo 5000545-43.2020.4.04.7111, em que se pretende a revisão da renda mensal inicial de aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Em suas razões, sustenta o reclamante que seu processo em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Santa Cruz/RS, objetiva revisão da renda mensal inicial de sua aposentadoria por tempo de contribuição, para que seja afastada do cálculo a regra de transição prevista na Lei 9.876/1999, a qual determinou a consideração no cálculo do benefício 80% dos maiores salários de contribuição posteriores a julho de 1994.

Acrescenta o autor que a tese sustentada em sua ação previdenciária corresponde ao Tema Repetitivo 999, autos do Recurso Especial Repetitivo 1.554.596/SC, de Relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, julgado pela E. Primeira Seção do STJ, em 11/12/2019, publicado no DJe de 17/12/2019.

Enfatiza que mesmo após o julgamento do respectivo Recurso Especial Repetitivo 1.554.596/SC, o Juízo da 2ª Vara Federal de Santa Cruz manteve a suspensão do andamento do processo, sob o fundamento de que seria preciso aguardar o trânsito em julgado do acórdão para se ter a certeza da orientação contida na tese representativa da controvérsia.

Requer, então, seja garantida a imediata continuidade do andamento processual e oportuno julgamento de seu pedido, sem que haja a necessidade do trânsito em julgado do Tema Repetitivo 999, consoante previsão contida no inciso III do artigo 1.040 do CPC/2015.

O Ministro Presidente do STJ deferiu a gratuidade de justiça, consoante decisão a fls. 108.

É o relatório, decidido.

Inicialmente cumpre dizer que recai ao presente feito o Enunciado Administrativo 4/STJ.

# Superior Tribunal de Justiça

O instrumento processual da reclamação, tanto para o Supremo Tribunal Federal, como para o Superior Tribunal de Justiça, tem assento na Constituição da República, artigo 102, I, *l*, e artigo 105, I, *f*, respectivamente, para que se promova a preservação da autoridade de suas decisões.

A Lei 8.038/1990, que entrou em vigor em 29/5/1990, em seus artigos 13 a 18, traçou linhas gerais de procedimento da reclamação perante o STF e o STJ. A disciplina foi complementada pela Lei 11.417/2006, artigo 7º, e incorporada pelo Novo Código de Processo Civil, artigos 988 a 993.

O artigo 988 do CPC/2015 assim dispõe *in verbis*:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada e do Ministério Público para:

I- preservar a competência do tribunal;

II- garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III- (...)

IV- (...)

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º (...)

§ 3º (...)

§ 4º (...)

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I. proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;

II. proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recurso extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

§ 6º (...)

A presente reclamação objetiva obter determinação ao Juízo da 2ª Vara Federal de Santa Cruz no sentido de dar continuidade ao processo previdenciário 5000545-43.2020.4.04.7111, que tem por objeto o correspondente ao Tema Repetitivo 999, cuja tese consiste no direito do segurado de opção pela regra mais vantajosa: a do artigo 29 da Lei 8.213/1991, na redação da Lei 9.876/1999, ou a do artigo 3º, § 2º, da Lei 9.876/1999.

Cumpra *ab initio*, verificar o cabimento da reclamação para atender o pedido.

Como cediço, a reclamação é um instrumento processual excepcional, de caráter restrito, destinado a preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça e, bem assim, garantir a autoridade de suas decisões, sempre que forem desrespeitadas ou descumpridas por autoridades judiciárias ou administrativas, nos termos do artigo 105, I, *f*, da Constituição da República e artigo 187 do RISTJ.

No caso, não se evidencia descumprimento ou desrespeito de decisão proferida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o que se aponta na petição inicial é uma possível demora na prestação jurisdicional, hipótese não prevista nos enunciados citados a legitimar o cabimento da reclamação.

Deveras, fundada no artigo 988, II, do Código de Processo Civil de 2015, a reclamação não se destina a apurar demora no julgamento pelas instâncias ordinárias. Sua função consiste em garantir a autoridade da decisão proferida pelo STJ, em um caso concreto, que tenha sido desrespeitada na instância de origem.

# Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido a decisão proferida pelo Ministro Presidente do STJ, Ministro João Otávio de Noronha, publicada no DJe de 5/2/2020, em que afirma: "Com efeito, não é cabível o ajuizamento de reclamação para impugnar julgado do próprio Superior Tribunal de Justiça ou “demora” no julgamento de feitos por este Tribunal, como ocorreu na espécie (grifo nosso).

Confira-se, ainda, a decisão proferida na Reclamação 33.199/RJ, de Relatoria do Ministro Marco Buzzi, datada de 15/12/2016, publicada no DJe de 19/12/2016, da qual se extrai o seguinte trecho *in verbis*:

1. Como é sabido, a reclamação é remédio destinado a preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça ou para garantir a autoridade de suas decisões, sempre que haja indevida usurpação por parte de outros órgãos de sua competência constitucional, ou ofensa a seus julgados, nos termos dos artigos 105, inc. I, alínea "f", da Constituição Federal, 988, inc. II, do NCPC e 187 do RISTJ.

Oportuno deixar assente que, de acordo com a jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um comando **positivo** desta Corte Superior cuja eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada (*ut* Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009).

[...]

Além disso, cumpre salientar que, nos termos dos artigos 105, I, "f", da Constituição Federal, 988, inc. II, do NCPC e 187 do RISTJ, somente caberá reclamação quando um órgão julgador estiver exercendo competência **privativa** ou **exclusiva** deste Tribunal ou, ainda, quando as decisões deste não estiverem sendo cumpridas por quem de direito.

Dessa forma, segundo orientação assente da jurisprudência, para o deferimento da reclamação deve restar comprovado **objetivamente** que a instância *a quo* deixou de obedecer decisão proferida pelo STJ, circunstância inexistente, na hipótese.

Ante o exposto, com apoio no artigo 34, XVIII, do RISTJ, indefiro liminarmente a petição inicial e extingo o processo sem julgamento de mérito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator